

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS PSICOSSOCIAIS

A PERCEPÇÃO DA JUSTIÇA NAS DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E PERDAS:
UM ESTUDO PSICOSSOCIAL

RELATÓRIO TÉCNICO Nº 5

RIO DE JANEIRO - 1985

301.1
R696p

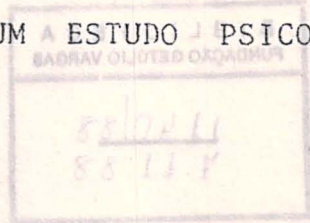
Diário

B/3506

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS PSICOSSOCIAIS

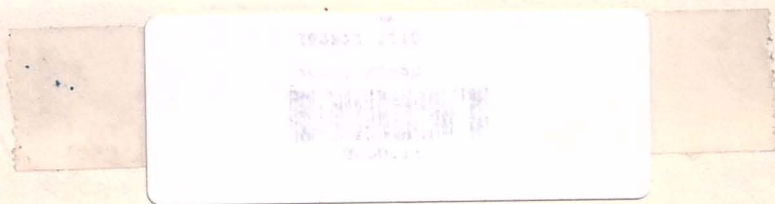
A PERCEPÇÃO DA JUSTIÇA NA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E PERDAS:

UM A ESTUDO PSICOSSOCIAL



*13/01/85
BC 3506*

RELATÓRIO TÉCNICO Nº 5



RIO DE JANEIRO - 1985

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS PSICOSSOCIAIS .

CHEFE: Monique Rose Aimée Augras

PROGRAMA DE PSICOLOGIA SOCIAL

RESPONSÁVEL: Aroldo Rodrigues

PESQUISA: Estudos sobre Justiça Distributiva
em Situações de Lucro e de Perda

COORDENADOR: Aroldo Rodrigues

RELATÓRIO TÉCNICO: A percepção da justiça na distribuição
de lucros e perdas: Um estudo psicos-
social

AUTOR: Aroldo Rodrigues

EQUIPE

Técnicos:

Angela Maria Venturini Moreira (ME)
Emília Maria V. F. Rebello de Mendonças (ME)
Eveline Maria Leal Assmar (ME)
Jarbas de Moraes Bastos (ME)
Yara Silveira de Faria (ME)

Alunos de Pós-Graduação:

Bernardo Jablonski (DO)
Efígenia Maria Lyra da Silva (ME)
Fátima Cristina Alves Holanda (ME)

Estagiários:

Andréa Varella de Faria
Deise Rabello Cerqueira Lopes
Sandra Maria Sales de Paula
Sandra Santos de Oliveira

Percepção da Justiça na Distribuição de Lucros e Perdas:
Um Estudo Psicossocial

A preocupação com a justiça tem atraído os esforços de filósofos, líderes religiosos, juristas, moralistas e políticos desde a antigüidade (ver, por exemplo, Rawls, 1970; Ziviani, 1981). De fato, não obstante a evidência histórica de que uma enorme quantidade de injustiça é constantemente perpetrada no mundo em que vivemos - discriminação contra minorias, privilégios para potentados, exploração dos mais fracos, etc... - nenhuma pessoa honesta tolera a injustiça e raramente aceita, sem tentativas de racionalização, a imputação de que está sendo injusta com o seu semelhante. O assunto é de inequívoca importância também para os cientistas sociais e é relevante em várias relações interpessoais e intergrupais. Dentro do quadro geral do problema da prática da justiça, ~~tal~~ aspecto é de especial importância para os psicólogos sociais. Refiro-me ao que se convencionou chamar de justiça distributiva. A justiça distributiva se refere à avaliação do grau de justiça de uma determinada alocação de recursos escassos a diferentes pessoas. Assim, qual a maneira mais justa de distribuir um número limitado de bolsas de estudos entre um grande contingente de alunos solicitantes? Como devem proceder os pais na distribuição de seus bens entre seus filhos? Como deve proceder o Governo na distribuição dos recursos do Estado? Como deve proceder o administrador de um conjunto de casas populares na alocação de um número limitado de unidades a um número muito maior de pretendentes? Como deve um Diretor de uma organização remunerar seus empregados? E assim por diante.

É óbvio que problema da justiça distributiva é de singular relevância, tanto para a pessoa ou pessoas encarregadas da distribuição dos recursos, como para as que aspiram a deles beneficiar-se. As primeiras não gostarão de ser acusadas de injustiça, favoritismo e discriminação; as segundas não gostarão de sentir-se injustiçadas e discricionariamente prejudicadas ou, em bora em menor escala, de sentir-se indevidamente favorecidas. A

relevância do assunto para filósofos, moralistas, juristas, cientistas políticos e líderes religiosos é clara; não menos notável é a sua importância para os psicólogos sociais. Sentir-se injusto ou injustiçado constitui um fator relevante na dinâmica das relações interpessoais e intergrupais, provocando comportamentos capazes de influir de forma fundamental no tipo de relação social que se seguirá à percepção de justiça ou de injustiça. Apesar da importância do assunto, só nos últimos 25 anos o tópico tem ocupado lugar de destaque na psicologia social, salientando-se entre as contribuições a seu estudo, os trabalhos de Homans, Adams, Hatfield (anteriormente Walster) Deutsch, Leventhal, Lerner, Mikula e outros mais.

Antes de prosseguir, convém deixar bem claro qual deve ser, em minha opinião, o papel do psicólogo social no estudo deste importante e complexo assunto. Não cabendo à psicologia como ciência, a prescrição de normas de conduta, não se deverá dela esperar o estabelecimento de quais devam ser os critérios de justiça distributiva que deverão ser considerados, universalmente como os mais justos. Isto é tarefa para filósofos, moralistas e juristas. O que importa em psicologia é a realidade percebida. Sendo assim, o que interessa ao psicólogo social é especificar as circunstâncias em que os participantes de uma relação interpessoal que envolva a alocação de recursos, considerarão os critérios de distribuição mais ou menos justos.

Inegavelmente, a teoria da equidade proposta por Adams (1965) constitui o ponto de partida dos estudos psicossociais sobre o tema e a postura teórica mais articulada que já apareceu sobre o assunto. A proposição central da teoria de Stacy Adams é a de que uma relação interpessoal é considerada justa quando a proporção entre os investimentos feitos e os resultados auferidos por A é igual à proporção entre os investimentos feitos e os resultados obtidos por B. É uma aplicação da regra aristotélica de que o justo é o proporcional (Aristóteles, 362 AC/1985). Afirma Aristóteles que "se as pessoas não são iguais, suas partes (justas) não serão iguais; mas isto é fonte de discussões e recriminações, quando (pessoas) iguais têm ou recebem partes desiguais ou (pessoas) desiguais, partes iguais" (Aristóteles, 332 A.C. apud Ziviani, 1985).

A equidade como norma de justiça distributiva tem recebido apóio não só de filósofos como Aristóteles, mas também de juristas e do próprio senso comum. Um renomado jurista brasileiro - Ruy Barbosa - disse ao discursar para uma turma de Bacharéis em Direito da Universidade de São Paulo: "A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigalam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. ... Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmos a todos, como se todos se equivalessem" (Ruy Barbosa, 1922, p. 36-37)

Para o jurista citado, portanto, o justo é também a distribuição proporcional às diferenças individuais. Também o senso comum parece não ter muita dificuldade em assimilar o princípio da equidade como norma de justiça. No Brasil é comum ouvir-se a seguinte piada: "No início dos tempos, ao verificarem que Deus havia sido extremamente generoso com o Brasil, poupando seu território das tragédias causadas por terremotos, furacões, nevadas e geadas devastadoras, alguns povos sentiram-se injustiçados e reclamaram junto ao Criador. Deus lhes acalmou dizendo: não se preocupem; esperem um pouco e verão o tipo de gente que eu farei viver lá..." A jocosidade da piada decorre da incongruência entre ser brasileiro e contá-la; subjacente a ela, porém, está a idéia de que benefícios desproporcionais têm que ser contrabalançados por ônus também desproporcionais para que, segundo o critério da equidade, se restabeleça a justiça.

Apesar de estudos empíricos terem confirmado várias hipóteses derivadas da teoria da equidade de Adams (por exemplo: Berscheid e Walster, 1967; Lane e Messé, 1971; Leventhal, Michaels e Sanford, 1972; Walster, Walster e Traupmann, 1978; Marin, 1981), não há dúvida de que equidade é apenas uma das possíveis normas de justiça distribuiva. Como bem salienta Deutsch (1975), diferentes valores podem ser utilizados como critério de justiça distributiva, destacando-se, entre eles, a igualdade e a necessidade.

de. Sendo assim, é provável que, para algumas pessoas, o justo na distribuição de recursos escassos seja a alocação proporcional; para outros, o justo será a distribuição em partes iguais; e, para outros ainda, o justo poderá ser a distribuição que contemple mais os mais necessitados. Para complicar ainda mais o problema, mesmo que se aceite o princípio de que o justo é o proporcional, cabe a pergunta: proporcional a que? ao esforço despendido pelos participantes de uma atividade conjunta? à capacidade de cada um? à idade? ao sexo? às suas realizações anteriores? ao fato de uns serem descendentes de reis e imperadores?

Enquanto os filósofos, moralistas e juristas se dedicam ao estudo do assunto na busca de normas universais de justiça, nós psicólogos, trabalhando num grau de abstração menor, procuramos simplesmente detectar as variáveis que induzirão a maioria das pessoas a preferir uma ou outra norma de justiça distributiva, como sendo a mais justa numa determinada situação. Neste esforço, os estudos sobre atribuição de causalidade têm muito a contribuir, como salientam, em importante artigo, Utne e Kidd (1980). Com efeito, as propriedades causais de locus, estabilidade e controlabilidade (Weiner, 1980) podem fazer com que a percepção da intencionalidade de uma alocação de recursos provoque maior ou menor mal estar. Além disso, as características de internalidade ou externalidade nas pessoas poderão também influir na valorização de certas propriedades causais como critérios de distribuição proporcional. Assim, por exemplo, nossa reação de indignação contra uma pessoa que perpetra uma injustiça será maior, se nós percebermos seu ato como absolutamente livre e controlável, do que se atribuirmos seu comportamento a uma obediência a regras injustas, que não foram por ela estabelecidas, mas sobre as quais ela não tem controle e tem que seguir em função de seu cargo; da mesma maneira, é válido especular-se que pessoas internas serão mais sensíveis à utilização de uma norma de proporcionalidade com base no critério do esforço despendido para a obtenção do resultado, do que pessoas externas. Além disso, características culturais deverão também influir na preferência por uma ou outra norma de justiça distributiva.

A complexidade e a relevância do tópico de justiça distributiva fez com que o Programa de Psicologia Social do Centro Brasileiro de Pesquisas Psicossociais da Fundação Getúlio Vargas se propusesse ao empreendimento de um estudo inicial no Brasil, que pudesse vir a fornecer informação acerca dos seguintes pontos: (a) dentre as normas de equidade, igualdade e necessidade, qual a predominantemente considerada com mais justa na cultura brasileira? (b) a justiça da norma é percebida de forma distinta quando se trata de distribuir lucros de quando se trata de distribuir perdas? (c) contribuições distintas de esforço (uma causa interna, instável e controlável) e de capacidade (uma causa interna, estável e incontrolável) são percebidas diferentemente como critérios justos de alocação proporcional ou igualitária? (d) variáveis de personalidade, tais como internalidade/externalidade, liberalismo/conservadorismo e auto-conceito influem na percepção de maior ou menor justiça das três normas supra-citadas, quando utilizadas na alocação de lucros e perdas? A pesquisa a ser em breve descrita em seus principais aspectos fornece alguns esclarecimentos acerca destes pontos.

Minha curiosidade em esclarecer estes aspectos do problema da justiça distributiva deveu-se aos seguintes fatores. Como vários autores já indicaram (por ex.: Deutsch, 1975; Sampson; (1975), a cultura e o processo de socialização do indivíduo influem sua valoração dos diferentes critérios de alocação de recursos escassos. Assim, uma sociedade competitiva, individualista e valorizadora da livre iniciativa deverá privilegiar a norma da equidade, ou seja, da distribuição proporcional aos investimentos de cada um; uma sociedade mais igualitária e coletivista provavelmente destacará a norma da igualdade como a mais justa: uma filosofia que considere os mais necessitados como merecedores de mais benefícios, prescreverá a norma da necessidade como a mais justa. Sendo relevantes, pois, os valores predominantes numa cultura na eleição preferencial de uma outra norma de justiça distributiva, pareceu-nos oportuno verificar qual a norma predominante na cultura brasileira. Ademais, em várias ocasiões anteriores (Rodrigues 1979; 1982; 1985), tive oportunidade de ressaltar a importância de réplicas e de estudos transculturais para testar a validade de hipóteses e achados oriundos de outras culturas. Esta convicção

motivou-me também a empreender um estudo sobre justiça distributiva no Brasil, com o intuito de verificar se regras de justiça distributiva, prevalentes em outras culturas, são também seguidas no Brasil.

Marín (1981), num estudo transcultural envolvendo sujeitos colombianos e americanos, mostrou que a norma da equidade é considerada mais justa que a da igualdade em ambas as culturas, sendo que, com mais intensidade, na cultura colombiana. No estudo de Marín (1981) era avaliada a justiça de uma distribuição de dinheiro proporcional ao desempenho dos participantes na realização de uma tarefa e de uma distribuição igualitária, independente, pois, da contribuição de cada participante. Antes de passar à descrição do estudo empírico conduzido no Brasil, um último ponto merece consideração. Além dos muitos problemas mencionados anteriormente, em relação ao estabelecimento da norma de distribuição de recursos mais justa, as condições em que ocorrem as relações sociais podem fazer com que uma norma de justiça seja preferida à outra. Deutsch (1975), por exemplo, hipotetiza que "em relações cooperativas nas quais a produtividade econômica é o principal objetivo, equidade ao invés de igualdade ou de necessidade será o princípio dominante de justiça distributiva"; já no caso de "relações cooperativas em que a promoção ou a manutenção de relações sociais agradáveis é o objetivo comum, igualdade será o princípio dominante de justiça distributiva"; finalmente, em "relações cooperativas nas quais a promoção do desenvolvimento pessoal e do bem estar pessoal é o objetivo comum, necessidade será o princípio dominante de justiça distributiva" (p.143). A expectativa de que diferentes normas de justiça distributiva prevaleçam em diferentes tipos de relações sociais, constitui um fator importante e que não pode ser ignorado nos estudos sobre o assunto.

A pesquisa a ser aqui brevemente descrita se enquadra no primeiro tipo de relações sociais dos três mencionados por Deutsch, ou seja, uma relação cooperativa em que a produtividade econômica foi o principal objetivo do trabalho realizado em conjunto. Outros tipos de relações sociais devem suscitar re

sultados distintos, assim como também o fato de a justiça da distribuição ser avaliada por quem é parte da relação social ou por alguém que não está nela envolvida. Em nosso estudo o responsável pela distribuição justa e pela avaliação do grau de justiça de diversos tipos de distribuição de lucros e de perdas não fazia parte da relação.

MÉTODO

a) Sujeitos- 656 sujeitos matriculados em várias instituições de ensino superior da cidade do Rio de Janeiro tomaram parte no estudo. Destes, 36% eram do sexo masculino e 64%, do sexo feminino. A idade média foi de 24,25 anos e o desvio padrão de 6,86.

O planejamento inicial previa a obtenção de 900 sujeitos, sendo 50 em cada condição, 25 de cada sexo. Infelizmente, dificuldades insuperáveis na obtenção dos sujeitos limitaram o número total a 656, com desigual representatividade de sexos e com cerca de 35 sujeitos por condição.

b) Procedimento- Seguindo o procedimento utilizado por Lamm, Kayser e Schanz (1983) na Alemanha, foi apresentado aos sujeitos das diferentes condições experimentais (a serem enumeradas e especificadas abaixo) um pequeno cenário que dizia haverem dois estudantes pós-graduados, A e B, decidido transformar em livro um trabalho que haviam feito para um de seus cursos. Nas nove condições de lucro, era dito que, após a venda da 1ª edição do livro, os autores haviam obtido um lucro de 600 mil cruzeiros; nas nove condições de perda, era informado aos sujeitos que, após um ano do lançamento do livro, os autores haviam verificado que o mesmo não vendia e o prejuízo em que incorreram para editá-lo correspondia a 600 mil cruzeiros de empréstimos a pagar. A principal variável dependente era como cada sujeito distribuía o lucro ou a perda de 600 mil cruzeiros entre os dois autores do livro, quando solicitado a fazê-lo da forma que considerava a ser a mais justa.

Nove condições foram criadas na situação de lucro e nove na de perda. Para criar as diferentes condições variou-se, no cenário, a quantidade de esforço de cada um, a sua capacidade e a necessidade de cada um deles. O esforço foi expresso em termos de quantidade de trabalho dedicado por cada um dos autores: nas condições em que um havia se esforçado mais que o outro, dizia-se que ele havia dedicado muito mais tempo que seu colega aos trabalhos de preparação do livro; nas condições em que um era mais capaz que o outro, dizia-se que ele sempre tirava notas superiores na disciplina para a qual haviam feito o trabalho que deu origem ao livro, e que o professor da disciplina o considerava mais capaz que o outro. Finalmente, nas condições em que um era considerado mais necessitado que o outro, dizia-se que a renda mensal de um era bem superior à do outro.

As nove condições criadas para as situações de lucro e para as de perda foram:

Condição 1: A mais capaz que B; A e B dedicaram esforço igual

Condição 2: A mais esforçado que B; A e B iguais em capacidade

Condição 3: A mais esforçado e mais capaz que B

Condição 4: A e B iguais em capacidade e na quantidade de esforço despendido

Condição 5: A mais capaz que B; B dedicou mais esforço que A

Condição 6: Igual à Condição 1, sendo acrescido que B é mais necessitado que A

Condição 7: Igual à Condição 2, sendo acrescido que B é mais necessitado que A

Condição 8: Igual à Condição 3, sendo acrescido que B é mais necessitado que A

Condição 9: Igual à condição 4, sendo acrescido que B é mais necessitado que A

Como se disse anteriormente, estas nove condições foram criadas para uma situação de lucro de 600 mil cruzeiros e para uma situação de perda de 600 mil cruzeiros. Os sujeitos eram solicitados a dividir o lucro (ou a perda de 600 mil cruzeiros entre os dois autores, A e B, da forma que lhes parecesse mais justa. Em seguida eles deveriam dizer por que dividiram o dinheiro da maneira indicada. Foi-lhes pedido ainda que avaliassem o grau de justiça de cinco formas de distribuição do dinheiro, ain

da em analogia ao trabalho de Lamm, Kayser e Schanz (1983) - 100 para A e 500 para B; 200 para A e 400 para B; 300 para A e 300 para B; 400 para A e 200 para B; e 500 para A e 100 para B. Esta avaliação era feita numa escala de 99 milímetros de comprimento, ancorada nos extremos pelas palavras: "muito injusta" e "muito justa". O valor escalar era dado pela colocação de uma régua ao longo da linha e conseqüente leitura do número, em milímetros, correspondente à marca feita pelos sujeitos.

Finalmente, os sujeitos eram solicitados a responder a três escalas de personalidade: a escala de internalidade / externalidade de Rotter (1966), a de liberalismo/conservadorismo de Comrey e Newmeyer (1965) e a de auto-conceito de Janis e Field revisada por Eagly (1967). Todas estas três escalas foram testadas em sua tradução portuguesa e consideradas válidas e fidedignas para uso com brasileiros.

Dois exemplares do conjunto de instrumentos utilizados se encontram no Anexo, um para uma das condições de LUCRO e o outro para uma das condições de PERDA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa contém uma quantidade ponderável de informações. As análises estão em estado bastante avançado, porém não se acham totalmente concluídas. Veremos a seguir os principais resultados encontrados. O Relatório Técnico nº 6 apresentará análises importantes não incluídas no presente Relatório.

A primeira análise a que os dados foram submetidos consistiu no cálculo da média, em cruzeiros, do montante atribuído pelos sujeitos ao autor A, em cada uma das condições experimentais. A Tabela 1 mostra os resultados obtidos e indica se estas médias diferem ou não significativamente de 300. Devido à ausência de diferenças significativas entre os sexos, registramos os dados para homens e mulheres em conjunto. A Tabela 1 se refere apenas às nove condições em que os autores obtiveram lucro de 600 mil cruzeiros.

Tabela 1

Quantia Média Atribuída a A nas Várias Condições de Lucro

Condição	Média*	t	p	N
1. A + C ; E =	303	1,11	n.s.	37
2. A + E ; C =	330	4,43	0,001	40
3. A + C e + E =	345	4,86	0,001	40
4. C e E = em A e B	300	0	n.s.	36
5. A + C ; B + E	296	-0,65	n.s.	35
6. A + C ; E =; B + N	297	-0,95	n.s.	39
7. A + E; C =; B + N	323	2,15	0,05	35
8. A + C e + E; B + N	332	4,29	0,001	39
9. C e E=em A e B; B+ N	291	2,22	0,05	39

* Em 1.000 cruzeiros.

Vê-se na Tabela 1 que, nas condições de lucro, quando A é mais esforçado e mais capaz que B (Condições 3 e 8) ou quando A é simplesmente mais esforçado que B (Condições 2 e 7), A recebe significativamente mais que 300; isto não ocorre quando é mais capaz que B e quando o esforço de ambos é igual (Condições 1 e 6); B não recebe significativamente mais que 300 por ser mais necessitado, a não ser na condição de igual esforço e capacidade (Condição 9).

Vejamos a seguir, na Tabela 2, as médias atribuídas ao autor A nas condições de perda.

Tabela 2

Quantia Média Atribuída a A nas Várias Condições de Perda

Condições	Média *	t	p	N
1. A + C ; E =	300	0	n.s.	35
2. A + E ; C =	291	-1.27	n.s.	39
3. A + C e + E	287	-1,88	0,10	35
4. C e E = em A e B	297	-1,08	n.s.	36
5. A + C; B + E	299	-0,19	n.s.	35
6. A+C; E = ; B + N	320	2,63	0,02	37
7. A+E; C = ; B + N	318	1,91	0,10	31
8. A + C e +E; B+N	318	1.53	n.s.	34
9. C e E=em A e B; B+N	329	2,92	0,01	34

* Em 1.000 cruzeiros

Contrariamente às condições de lucro, nas condições de perda a tendência nítida é no sentido de considerar mais justo onerar menos o mais necessitado. De fato, ao menos necessitado foi atribuída uma quantia significativamente maior a pagar em três das quatro condições em que B era o mais necessitado, mesmo quando A é mais capaz ou mais esforçado; quando A é mais capaz e mais esforçado e B mais necessitado (Condição 8 na situação de perda), não há diferença significativa entre o montante atribuído a A e o valor médio de 300 mil cruzeiros.

Como foi dito na descrição do procedimento, além de solicitar aos sujeitos que distribuíssem, da maneira mais justa, os 600.000 cruzeiros entre A e B, foi-lhes pedido que avaliassem o grau de justiça de cinco distribuições: 100 mil para A e 500 mil para B; 200 mil para A e 400 mil para B; 300 mil para cada um; 400 mil para A e 200 mil para B; e 500 mil para A e 100 mil para B. Os resultados destas avaliações confirmam o que vem a ser dito. Nas condições de lucro, as distribuições proporcio

nais de 100 mil para A e 500 mil para B e de 200 mil para A e 400 mil para B são consideradas muito injustas, em todas as condições. Nas condições em que A é mais esforçado que B, a distribuição igualitária (300 mil para cada um) é considerada menos justa que nas demais. Quando a distribuição proporcional é de 400 mil para A e 200 mil para B, também nas condições em que A é mais esforçado que B ela é vista como mais justa que nas demais. No caso de 500 mil para A e 100 mil para B a tendência é semelhante, porém no sentido apenas de considerar menos injusta quando A é mais esforçado. Estes dados reforçam os anteriores e nos permitem inferir que há uma tendência entre os sujeitos a considerarem o esforço um critério válido de distribuição proporcional na alocação de lucros. Eles consideram mais justo atribuir mais ganhos ao mais esforçado.

Nas condições de perda, quando A é mais esforçado, a atribuição de 200 mil para A e 400 mil para B é vista como menos injusta que nas demais condições, exceto quando B é mais necessitado. Nas condições em que B é mais necessitado, penalizar A é visto como mais justo (atribuição de 400 mil de perda para A e de 200 mil para B). Estes dados também reafirmam a verificação anterior de tendência a considerar mais justo alocar menos prejuízo aos mais necessitados.

A luz desses dados parece que, na amostra considerada, o esforço (uma causa interna, instável e controlável) é tido como um importante critério de atribuição proporcional, enquanto que a capacidade (uma causa interna, estável e incontrolável), não o é. Isto ficou claro nas condições em que A e B obtiveram lucros. A norma da necessidade só é relevante quando a situação é de perda.

Se, todavia, ao invés de considerarmos a média do montante atribuído a A, levamos em conta a proporção da quantia total de 600 mil cruzeiros atribuída a A, outras informações emergem dos resultados. Em todas as condições há uma nítida predominância da proporção 0,50, ou seja, da atribuição de 300 mil cruzeiros para cada um dos autores do livro. Quererá isto dizer que prevalece, entre os brasileiros de nossa amostra, a percepção da

norma da igualdade como a mais justa em situações tal como a considerada no cenário por nós utilizado? Para responder a esta pergunta faz-se mister analisar, qualitativamente, as respostas fornecidas pelos sujeitos à pergunta: "por que você acha mais justo distribuir os 600 mil cruzeiros da maneira que você o fez?". Esta análise é indispensável porque, em certas condições, tanto a norma da igualdade como a da equidade prescrevem distribuições iguais entre A e B. Se, suponhamos, esforço é considerado com um critério importante de distribuição proporcional (como os números da Tabela 1 parecem indicar), quando o esforço despendido por A e por B na realização da tarefa é igual, a norma da equidade prevê uma distribuição igualitária entre os membros da relação social, tal como a norma da igualdade. Daí se infere que, o mais importante no estudo da justiça distributiva, é o estabelecimento dos critérios que servem de base para a distribuição dos recursos. Aqueles que julgam ~~deverem~~ ser iguais, dada a igualdade da natureza humana, todas as distribuições de recursos ou de perdas entre as pessoas, privilegiam a norma da igualdade em todas as situações sociais. Por outro lado, os que julgam ser o grau de necessidade das pessoas o fator crucial na alocação de recursos e na distribuição de perdas, valorizam a norma de necessidade; finalmente, aqueles que pensam haver certos critérios, com base nos quais se pode estabelecer o mérito maior ou menor das pessoas, dividem os ganhos e as perdas proporcionalmente e aderem à norma da equidade.

A Tabela 3 mostra como procederam os sujeitos integrantes das nove condições de lucro em relação ao porquê de sua distribuição.

Tabela 3

Porcentagens de Sujeitos que Indicaram a Norma da Equidade, da Igualdade e da Necessidade como Tendo Sido a Razão de Sua Distribuição em Cada Uma das Condições de Lucro.

Condição	Norma de JD	%	z	p
1. A + C; E =	Equidade	73	2,19	0,05
	Igualdade	27		
2. A + E; C =	Equidade	51	0,13	n.s.
	Igualdade	49		
3. A + C e + E	Equidade	49	0,09	n.s.
	Igualdade	51		
4. C e E = A e B	Equidade	98	5,65	0,001
	Igualdade	2		
5. A + C; B + E	Equidade	79	2,76	0,01
	Igualdade	21		
6. A + C; E = ; B + N	Equidade	78	3,16*	0,01
	Igualdade	6		
	Necessidade	16		
7. A + E; C = ; B + N	Equidade	48	0,25*	n.s.
	Igualdade	42		
	Necessidade			
8. A + C e + E; B + N	Equidade	41	0,17*	n.s.
	Igualdade	59		
	Necessidade	0		
9. C e E = em A e B; B + N	Equidade	81	4,86	0,001
	Igualdade	6		
	Necessidade	13		

* Diferença entre os dois valores maiores apenas.

Como se vê na Tabela 3, nossa amostra é bastante consistente. Quando a consideração do esforço conduz a uma divisão igualitária, porque o esforço de A e de B foi igual, ou ainda por que um deles é mais capaz e o outro se esforçou mais e isto parece se contrabalançar, os sujeitos claramente valorizam estes critérios e propõem uma distribuição igualitária, porque a proporcionalidade determina uma divisão assim (condições 1,4,5,6 e 9); todavia, quando a valorização de tais critérios leva a uma distribuição proporcional em que os mais esforçados ou mais capazes devem receber mais, a distribuição igualitária e a proporcional são mais ou menos equivalentes (Condições 2,3 e 8). Em síntese, nas condições de lucro a análise qualitativa da razão da distribuição feita pelos sujeitos permitiu as seguintes conclusões:

a) necessidade não é praticamente levada em conta;
b) quando o esforço é igual e, conseqüentemente, se tomado como critério de distribuição justa, conduz a uma distribuição igualitária, esforço é tomado como critério pela maioria dos sujeitos;

c) quando o esforço, se tomado como critério de distribuição justa, conduz a uma distribuição proporcional não igualitária, o esforço é tomado como critério por cerca de 50% da amostra;

d) capacidade é tomada como critério de distribuição justa proporcional não igualitária pela minoria dos sujeitos (menos de 10% da amostra);

e) quando o esforço induz a uma distribuição não igualitária, a norma da igualdade é adotada por cerca de 50% da amostra;

f) prevalece, nas condições de lucro, a preferência pela distribuição proporcional conducente à divisão em partes iguais (Condições 1,4,5,6 e 9); quando os critérios utilizáveis (esforço ou capacidade e esforço) não conduzem a uma distribuição proporcional igualitária, a norma da igualdade prevalece em cerca de 50% da amostra (Condições 2,3,7 e 8) e em 21% na Condição 7.

Nas condições de perda (Tabela 4), algumas diferenças significativas devem ser destacadas. É nítida a predominância da regra da igualdade (Condições 2,3,5,6,7 e 8), sendo que nas Condições 1,4 e 9 a distribuição proporcional igualitária com base no critério do esforço despendido faz com que prevaleça a regra da equidade.

Tabela 4

Porcentagens de Sujeitos que Indicaram, a Norma da Equidade, da Igualdade e da Necessidade como Tendo Sido a Razão de sua Distribuição em Cada Uma das Condições de Perda

Condição	Norma de JD	%	z	p
1. A + C ; E =	Equidade	67	2,00	0,05
	Igualdade	33		
2. A + E ; C =	Equidade	22	2,79	0,01
	Igualdade	28 78		
3. A + C e + E	Equidade	11	3,71	0,001
	Igualdade	89		
4. C e E = em A e B	Equidade	66	1,52	n.s.
	Igualdade	34		
5. A + C ; B + E	Equidade	28	2,32	0,05
	Igualdade	72		
6. A + C ; E = ; B + N	Equidade	15	2,05*	0,05
	Igualdade	65		
	Necessidade	20		
7. A + E ; C = ; B + N	Equidade	24	1,51*	n.s.
	Igualdade	60		
	Necessidade	16		
8. A + C e + E ; B + N	Equidade	26,5	1,63*	n.s.
	Igualdade	59		
	Necessidade	14,5		
9. C e E = em A e B ; B + N	Equidade	21	1,73*	n.s.
	Igualdade	50		
	Necessidade	29		

* Diferença entre os dois valores maiores apenas.

Nota-se nas condições 6,7,8 e 9, onde entra em jogo a necessidade maior de um dos participantes da empreitada, que 15 a 29% da amostra privilegia a razão da necessidade, atribuindo menos perda aos mais necessitados.

A análise qualitativa das razões apontadas pelos sujeitos para justificar suas distribuições permite que se conclua, para as nove condições de perda, que:

a) predomina claramente a preferência pela norma da igualdade na maioria das condições;

b) a porcentagem de pessoas que adotam a norma da igualdade nas situações de perda é bem maior que nas situações de lucro;

c) o mesmo se dá, porém menos intensamente, em relação à norma da necessidade;

d) quando o esforço induz à distribuição igualitária, ele é bem mais usado do que quando induz à distribuição proporcional nas situações de perda;

e) capacidade é pouquíssimo usada como critério de distribuição proporcional (menos de 10% da amostra).

Finalmente, no que tange à influência do sexo e das variáveis de personalidade consideradas - internalidade/externalidade, radicalismo/conservadorismo e auto-conceito - foram mínimos os efeitos notados. Há uma leve tendência no sentido de os sujeitos do sexo feminino recompensarem mais a pessoa mais necessitada nas situações de lucro que os do sexo masculino. Não há diferença nos escores de internalidade entre os sujeitos que privilegiaram a norma da equidade e os que preferiram a norma da igualdade (Ver tabelas 5 e 6).

Tabela 5

Média dos Escores de Internalidade/Externalidade para os Sujeitos que Preferiram Equidade e Igualdade na Situação de Lucro.

CONDIÇÕES	EQUIDADE	IGUALDADE	t	p
1	10,78	12,62	-1,17	n.s.
2	11,22	11,16	0,05	n.s.
3	12,30	11,00	1,14	n.s.
4	11,00	7,00	1,00	n.s.
5	9,83	12,00	-1,69	n.s.
6	13,93	15,33	-1,14	n.s.
7	10,50	11,57	-0,76	n.s.
8	11,24	10,00	0,57	n.s.
9	10,62	11,85	1,20	n.s.

Tabela 6

Média dos Escores de Internalidade/Externalidade para os Sujeitos que Preferiram Equidade e Igualdade na Situação de Prejuízo.

CONDIÇÕES	EQUIDADE	IGUALDADE	t	p
1	11,90	11,83	0,04	n.s.
2	12,14	11,78	0,27	n.s.
3	10,25	11,19	-0,43	n.s.
4	11,33	11,92	-0,37	n.s.
5	11,15	12,15	-0,78	n.s.
6	13,00	12,13	0,49	n.s.
7	10,67	11,04	-0,22	n.s.
8	9,67	11,59	-0,74	n.s.
9	10,62	11,85	0,74	n.s.

Liberais e Conservadores não diferem entre si na a locação de lucros; nas situações de perda eles mostram algumas diferenças, porém elas não são consistentes e as diferenças parecem resultar de peculiaridades da amostra não resistentes à validação cruzada. O auto-conceito dos sujeitos parece ser mais relevante nas situações de perda, com os sujeitos de auto-conceito mais baixo sendo mais favoráveis à alocação de menores perdas aos mais necessitados ($F = 5.32, p < 0,05$).

Conclusão-

Embora, como disse anteriormente, a pesquisa não tenha sido ainda totalmente analisada, as principais tendências reveladas pelos dados já foram detectadas. Talvez a descoberta mais importante tenha sido a dominância da regra da equidade quando esta conduz a uma divisão proporcional igual de lucros entre A e B, principalmente com base no esforço despendido; capacidade de sempenha papel muito secundário como critério de distribuição proporcional, e necessidade é levada em conta por menos de 10% da amostra. Já no que concerne à distribuição de perdas, a regra da igualdade predomina amplamente e o esforço, quando igual, regula um bom número de distribuições proporcionais igualitárias. Necessidade é levada em conta por cerca de 20% da amostra, fazendo com que o mais necessitado tenha menos prejuízo. Sexo dos sujeitos e as variáveis de personalidade consideradas tiveram pouco efeito diferencial.

Se, como dizem Deutsch (1975) e Sampson (1975), a regra da distribuição igualitária induz à maior harmonia, a relações sociais mais agradáveis, ao coletivismo, à comunhão e à cooperação nas relações interpessoais, pode-se dizer que predomina, entre brasileiros, a busca ~~de~~ estes objetivos, mesmo em se tratando de uma relação comercial, onde lucros e perdas estão envolvidos. O curioso a ser notado é que esta distribuição igualitária não é determinada, nas condições de lucro, apenas pela regra da equidade, tomando-se como critério o esforço igual despendido por A e B ou o fato de o maior esforço de um ser compensado pela

maior capacidade do outro (Condição 5). Nas condições de perda, todavia, a norma de igualdade é claramente dominante. Parece, pois, mais difícil justificar uma distribuição proporcional quando o resultado da empreitada foi negativo. Finalmente, note-se a pouca ênfase dada à regra da necessidade - apenas uns 20% da amostra a tomam como fator preponderante de justiça distributiva e apenas nas condições de perda.

Como toda pesquisa inicial, esta propôs mais perguntas que apresentou respostas. Qual a norma de justiça distributiva prevalente quando o respondente fôr parte da situação e não apenas uma 3^a pessoa não envolvida nos lucros e nas perdas? Qual a norma de justiça distributiva quando a relação interpessoal não fôr uma relação comercial? A ligação afetiva entre os membros da relação social influirá na regra da distribuição a ser seguida, como foi encontrada na Alemanha por Lamn e Schwinger (1983)? Por que as variáveis de personalidade não se mostraram muito relevantes? Outras causas internas e controláveis, além do esforço, desempenharão papel semelhante na alocação de recursos limitados ou de perdas determinadas? Serão estas achados replicados em pesquisas futuras?

Seja como fôr, parece que o paradigma utilizado presta-se bem a investigações sobre qual a norma prevalente de justiça distributiva nas relações interpessoais. É nosso desejo que, em futuras pesquisas, as perguntas mencionadas acima e outras indagações suscitadas pela presente pesquisa venham a ser adequadamente respondidas. Por enquanto, resta-nos o consolo de verificar que aprendemos um pouco acerca do comportamento de uma amostra de brasileiros, frente a situações interpessoais onde se faz apelo a normas de justiça distributiva. Sendo reconhecida a influência da cultura na formação do sentimento de justiça, é importante que se verifique como diferenças culturais valorizam as diversas normas de justiça.

Para Sampson (1975), por exemplo: "equidade não é tanto uma lei psicológica acerca da natureza humana quanto é um resultado psicológico das práticas de socialização econômica de uma cultura" (p.58). Ziviani (1985) afirma que "quanto à origem

e função do sentimento de justiça (ou injustiça), tanto os proponentes da unidimensionalidade (teoria da equidade) como também os proponentes da multidimensionalidade da justiça distributiva concordam com a suposição de que as idéias individuais da justiça ou injustiça das distribuições baseiam-se em processos de aprendizagem social e se prestam à satisfação de interesses pessoais" (p.18).

Os dados sobre o fenômeno psicossocial de justiça distributiva aqui obtidos constituem, na medida de nosso conhecimento, os primeiros a serem apresentados com sujeitos brasileiros. Estes, juntamente com outros que se seguirão, poderão ensejar importantes comparações transculturais no que concerne à utilização das várias normas de justiça distributiva em função dos valores dominantes.

RESUMO

Este relatório considera o problema de como as pessoas distribuem ganhos e perdas entre dois participantes de um empreendimento conjunto. Após a discussão dos pontos principais de teorias relativas à justiça distributiva e processual, é salientando o papel do fenômeno atribucional. Um estudo empírico realizado no Rio de Janeiro acerca da justiça distributiva é então descrito em seu aspectos mais importantes. A pesquisa abrangeu 18 condições experimentais, nove envolvendo ganhos e nove envolvendo perdas para os dois participantes do empreendimento comum. A amostra foi constituída por 656 sujeitos de ambos os sexos, aos quais se solicitou que lessem uma pequena história, na qual dois estudantes graduados decidiram transformar um trabalho de final de curso em livro e comercializá-lo. Na criação das várias condições experimentais, foram levados em conta a capacidade de cada estudante, o grau de esforço dedicado à tarefa e a necessidade financeira de cada um. Em cada condição, os sujeitos foram instruídos a alocar os lucros (ou as perdas) para cada estudante da forma mais justa possível. Além disso, solicitou-se-lhes^{que} justificassem a distribuição que haviam feito e avaliassem a justiça de cinco tipos de distribuição de lucros (ou perdas) entre os estudantes. Concluindo a sessão de coleta de dados, pediu-se a cada sujeito que respondesse à Escala I/E de Rotter, a Escala de Conservadorismo/liberalismo de Comrey e Newmeyer e a Escala de Auto-conceito de Janis e Field revisada por Eagly.

Os resultados mostraram que as pessoas utilizam a norma da equidade, ao invés da norma da igualdade ou da necessidade, quando um estudante é descrito como tendo se esforçado mais que o outro na preparação do livro. Se ambos os estudantes são igualmente capazes e esforçados, e um é mais necessitado que o outro, este recebe uma parcela maior dos lucros. Quanto ao sexo, os resultados indicaram pequenas diferenças entre homens e mulheres nas várias condições experimentais. Todavia ,

quando ambos os parceiros são iguais em capacidade e esforço e um é mais necessitado, as mulheres, nas situações de lucro, recompensam o mais necessitado de forma mais generosa que os homens; nas condições de perda, no entanto, as mulheres tendem a considerar como injustas as distribuições do prejuízo entre os dois estudantes que se afastam muito significativamente de 50%. Ambos os sexos, no entanto, tendem a considerar tais alocações menos injustas quando recompensam mais ou punem menos o estudante que mais se esforçou na execução da tarefa.

Finalmente, internos e externos, bem como liberais e conservadores não diferem na alocação de ganhos, nas nove condições de lucro; eles diferem, de algum modo, nas condições de perda, mas os dados não são muito confiáveis, possivelmente devido a alguns problemas nas escalas usadas. O auto-conceito dos sujeitos parece mais relevante na alocação de perdas ao participante mais necessitado, sendo as pessoas com baixo auto-conceito mais benevolentes na atribuição de perdas.

Os resultados são discutidos em termos de sua importância para pesquisas posteriores sobre justiça distributiva no Brasil, e à luz do papel das atribuições de causalidade na alocação de recompensas e custos, em relações sociais do tipo considerado neste estudo.

SUMMARY

This report addresses the issue of how people distribute gains and losses between two participants of a joint enterprise. After discussing the main points of theories concerned with distributive and procedural justice, the role of attribution is highlighted. An empirical study carried out in Rio de Janeiro related to distributive justice is then described in its main points. The research comprised 18 conditions, nine involving gains and nine involving losses for the two participants of the joint enterprise. 656 subjects of both sexes were asked to read a small script describing a situation in which two graduate students decided to expand a term paper into a book and

commercialize it. The ability possessed by each, the effort each dedicated to the endeavour, and their relative financial needs were taken into account in the creation of the various conditions. Ss of each condition were instructed to allocate the gains (or the losses) to each student in the fairest possible way. In addition, they were asked to state the reason for the distribution indicated and to evaluate the justice of five types of distributions of profits (or losses) between the students. To conclude the data gathering session, each S was asked to complete Rotter's I/E scale, Comrey and Newmeyer's conservatism/liberalism scale, and Janis and Field's self-concept scale as revised by Eagly.

The results showed, among other things, that people utilize the equity norm in place of the equality or need norms when one student is described as having put more effort than the other in the preparation of the book. If both students are equal in ability and effort, and one is needier than the other, the latter receives a larger share of the profits. Insofar as sex of the Ss is concerned, the results showed little differences between males and females across conditions. Nevertheless, when both partners are equal in ability and in effort and one needs more, female Ss reward the latter more generously than males in profit situations; in conditions in which the students incur in losses, however, females tend to consider injust distributions of losses between the two students that depart too significantly from 50%. Both sexes tend, however, to consider such allocations less unjust when they reward more (or punish less) the student who put more effort in the execution of the task.

Finally, internals and externals, as well as liberals and conservatives do not differ in their allocation of profits in the nine conditions of gains; they differ somewhat in the conditions of losses, but the data are not too reliable, possibly due to some problems with the scales used. Subjects' self-concept seem more relevant in the allocation of losses to the needier participant, with low self-concept people being more lenient in the assignement of losses.

The results are discussed in terms of their importance for further research on distributive justice in Brazil and in the light of the role of attribution of causality for the allocation of rewards and costs in social relations of the type considered in this study.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, J.S.; Toward an understanding of inequity. Journal of Abnormal and Social Psychology, 1963, 67, 422-436.
- ARISTÓTELES; Nichomachean Ethics, Publicado em 332 A.C. (apud C.R. Ziviani Justiça Distributiva. Relatório Nº 1, Mestrado em Psicologia Social, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1985).
- BARBOSA, R.; Oração aos Moços. Discurso de Paraninfo da Primeira Turma de Bacharéis em Direito da Universidade de São Paulo, 1922.
- BERSCHID, E. e WALSTER, E.; When does a harmdoer compensate a victim? Journal of Personality and Social Psychology, 1967, 6 435-441.
- COMREY, A.L. e NEUMEYER, J.; Measurement of radicalism-conservatism. Journal of Social Psychology, 1965, 67, 357-369.
- DEUTSCH, M.; Equity, equality and need: What determines which value will be used as the basis of distributive justice? Journal of Social Issues, 1975, 31 (3), 137-149.
- EAGLY, A.H.; Involvement as a determinant of response to favorable and unfavorable information. Journal of Personality and Social Psychology, 1967, 28 (5), 404-416.
- LANE, H. e MESSE, L.A.; Equity and the distribution of rewards. Journal of Personality and Social Psychology, 1971, 20, 1-17.
- LAMM, H. e SCHWINGER, T.; Need consideration in allocation decisions: is it just? The Journal of Social Psychology, 1983, 119, 205-209.
- LAMM, H., KAYSER, E. e SCHANZ, V.; An attributional analysis of interpersonal justice: ability and effort as inputs in the allocation of gain and loss. The Journal of Social Psychology, 1983, 119, 269-281.
- LEVENTHAL, G.S., MICHAELS; J.W e SANFORD, C.; Inequity and interpersonal conflict: reward allocation and secrecy about reward as methods of preventing conflict. Journal of Personality and Social Psychology, 1972, 23, 88-102.
- MARÍN, G.; Perceiving justice across cultures: equity vs. equality in Colombia and in the United States. International Journal of Psychology, 1981, 16, 153-159.

- RAWLS, J.; A Theory of Justice. Cambridge: Harvard University Press, 1971
- RODRIGUES, A.; Atribuição de causalidade e alocação de recompensas e punições em amostras brasileiras. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 1980, 32 (1), 141-147.
- RODRIGUES, A.; Replication: A neglected type of research in social psychology. Interamerican Journal of Psychology, 1982, 16 (2), 91-109.
- RODRIGUES, A.; Are social-psychological theories and findings established in the US valid in Brazil? Trabalho apresentado no XX Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia, Caracas, Venezuela, 1985.
- ROTTER, J.B.; Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement. Psychological Monographs, 1966, 80, Nº 1.
- SAMPSON, E.E.; On justice as equality. Journal of Social Issues, 1975, 31 (3), 45-64.
- UTNE, M.K. e KIDD, R.F.; Equity and attribution. In G. Mikula (Ed.) Justice and Social Interaction. Berna, Suíça: Hans Huver/Springer Verlag, 1980.
- WALSTER, E., WALSTER, G.W. e TRAUPMANN, J.; Equity and premarital sex. Journal of Personality and Social Psychology, 1979, 36 (1) 82-92.
- WEINER, B.; The role of affect in rational (attributional) approaches to human motivation. Educational Researcher, 1980, 9, 4-11.
- ZIVIANI, C.R.; The effects of pay distributive justice and social interdependence on task group performance, process, and attitudes, Dissertação de Doutorado, New York, Columbia University, 1981.
- ZIVIANI, C.R.; Justiça Distributiva. Relatório Técnico Nº 1. Mestrado em Psicologia Social, Universidade Gama Filho, 1985.

A N E X O S

SITUAÇÃO DE LUCRO

Este é um estudo acerca de como as pessoas repartem os lucros de um trabalho conjunto. Uma estória real será narrada a seguir. Leia com atenção esta estória e, logo após, responda às perguntas que a ela se seguem.

O episódio verídico é o seguinte:

"Dois estudantes de pós-graduação fizeram um trabalho em conjunto para uma das disciplinas que cursavam. Entusiasmados com o trabalho realizado, resolveram ampliá-lo e publicá-lo sob a forma de um pequeno livro. Um ano após a publicação do livro, o lucro líquido obtido com a venda de todos os exemplares impressos foi de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros).

Um dos estudantes, que chamaremos de A, tem mais capacidade que o outro. De fato, as notas de A, no curso para o qual foi feito o trabalho que deu origem ao livro, foram sempre bastante superiores às do outro estudante, que chamaremos de B. De uma maneira geral, o rendimento de A, segundo o professor da disciplina, foi bem superior ao de B.

Os dois estudantes trabalharam bastante na preparação do livro, dedicando esforço igual ao trabalho".

Com base nas informações contidas neste episódio, responda às perguntas que se seguem:

1. Quantos cruzeiros você acha que deveriam caber a A e quantos a B na divisão do lucro de 600 mil cruzeiros por eles conseguidos com a venda do livro? Indique nos espaços abaixo o montante, em cruzeiros, que você considera mais justo que seja recebido por cada um.

A: Cr\$

B: Cr\$

1a) Por que você considera mais justo distribuir 600 mil cruzeiros da forma que você acaba de indicar?

1b) Você acha que o critério de distribuição dos 600 mil cruzeiros que você utilizou é

- ☐ um critério tipicamente seu;
- ☐ um critério partilhado pela maioria das pessoas da sociedade em que você vive
- ☐ um critério partilhado apenas por pessoas de valores semelhantes aos seus

1c) Após tomar a decisão sobre a distribuição dos 600 mil cruzeiros que você indicou, quão certo você se sentiu acerca da justiça da distribuição feita?

- ☐ muito certo
- ☐ certo
- ☐ em dúvida
- ☐ incerto
- ☐ muito incerto

1d) Por que você se sentiu com este grau de certeza indicado em 1c?

- ☐ 1. porque há na estória os elementos necessários para que você faça uma distribuição justa.
 - ☐ 2. porque não há na estória os elementos necessários para que você faça uma distribuição justa.
 - ☐ 3. porque você não tem um critério de justiça definido para tais situações.
 - ☐ 4. outro motivo (favor especificar): _____
-

2. Indique, para cada uma das distribuições sugeridas abaixo, quão justa ou injusta você as considera. Para isto, utilize as escalas que se seguem a cada distribuição. Você poderá indicar o quanto você acha justa ou injusta a distribuição proposta assinalando com um x qualquer ponto ao longo da linha em cujas extremidades se lê "muito injusta" e "muito justa". Se você acha a distribuição proposta nem muito justa nem muito injusta, coloque o X mais ou menos no meio da linha; quanto mais injusta você a considerar, mais para a esquerda da linha você deverá marca o X; e, contrariamente, quanto mais justa você julgar ser a distribuição proposta, mais para a direita da linha você deverá assinalar o X. Você pode usar qualquer ponto da linha compreendida entre as palavras "muito injusta" e "muito justa", de forma a melhor traduzir o seu pendamento acerca de justiça da distribuição proposta. Proceda da mesma maneira ao avaliar a justiça das cinco distribuições que se seguem.

a) Cr\$ 100.000,00 para A e Cr\$ 500.000 para B

Muito
injusta

Muito
Justa

b) Cr\$ 200.000,00 para A e Cr\$ 400.000,00 para B

Muito
injusta

Muito
Justa

c) Cr\$ 300.000,00 para A e Cr\$ 300.000 para B

Muito
injusta

Muito
Justa

d) Cr\$ 400.000,00 para A e Cr\$ 200.000,00 para B

Muito
injusta

Muito
Justa

e) Cr\$ 500.000,00 para A e Cr\$ 100.000,00 para B

Muito
injusta

Muito
Justa

Muito obrigado por sua colaboração.

SITUAÇÃO DE PERDA

Este é um estudo acerca de como as pessoas reparam as perdas de um trabalho em conjunto. Uma estória real será narrada a seguir. Leia com atenção esta estória e, logo após, responda às perguntas que a ela se seguem.

O episódio verídico é o seguinte:

"Dois estudantes de pós-graduação fizeram um trabalho em conjunto para uma das disciplinas que cursavam. Entusiasmados com o trabalho realizado, resolveram ampliá-lo e publicá-lo sob a forma de um pequeno livro. Um ano após a publicação do livro, verificaram que o livro não vendia quase e o prejuízo que tiveram com o empréstimo feito para a impressão do livro foi de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros).

Um dos estudantes, que chamaremos de A, tem mais capacidade que o outro. De fato, as notas de A, no curso para o qual foi feito o trabalho que deu origem ao livro, foram sempre bastante superiores às do outro estudante, que chamaremos de B. De uma maneira geral, o rendimento de A, segundo o professor da disciplina, foi bem superior ao de B.

Os dois estudantes trabalharam bastante na preparação do livro, dedicando esforço igual ao trabalho".

Com base nas informações contidas neste episódio, responda às perguntas que se seguem;

1. Quantos cruzeiros você acha que deveriam caber a A e quantos a B na divisão do prejuízo de 600 mil cruzeiros que tiveram com o empréstimo feito para editar um livro que encalhou? Indique nos espaços abaixo o montante, em cruzeiros, que você considera mais justo que seja atribuído a cada um.

A: Cr\$

B: Cr\$

ESCALAS

INVENTÁRIO DE RELAÇÕES SOCIAIS

Este é um questionário para descobrir a forma pela qual certos fatos importantes em nossa sociedade afetam as diferentes pessoas. Cada item consiste em um par de alternativas marcadas a ou b. Por favor, selecione uma (e somente uma) a afirmação de cada par, na qual você mais firmemente acredita.

Esteja certo de selecionar aquela que você realmente acredita ser verdadeira, e não aquela que você gostaria ou poderia escolher como verdadeira. Isto é uma medida de opinião pessoal: obviamente, não há resposta certa ou errada.

Procure responder aos itens cuidadosamente, mas não gaste tempo demais num só item. Certifique-se de encontrar uma resposta para cada opção. Na folha de respostas em anexo, você deverá colocar um x sobre a letra a ou b, dependendo de qual você escolher como sendo a afirmação verdadeira, em cada item numerado.

Em alguns casos você pode descobrir que acredita em ambas as afirmações ou então em nenhuma. Nesses casos, certifique-se de optar por aquela que mais se aproxima de sua opinião. Procure, também, optar com independência, isto é, não se deixe influenciar pelas escolhas anteriores.

Lembre-se:

Escolha a alternativa que você acredita ser a mais verdadeira.

Eu acredito mais firmemente que:

1. a) As crianças envolvem-se em problemas porque seu pais as castigam demais.
b) O problema com a maioria das crianças, atualmente, é que seus pais são muito permissivos com elas.
2. a) Muitos dos infortúnios na vida da pessoa são parcialmente devidos à má sorte.
b) O infortúnio das pessoas resulta dos erros que elas cometem.

3. a) Uma das razões principais pela qual temos guerras é porque as pessoas não se interessam bastante por política.
- b) Sempre haverá guerras, não importa o quanto as pessoas tentem impedi-las. *X na*
4. a) Mais cedo ou mais tarde, as pessoas obtêm neste mundo o respeito que merecem.
- b) Infelizmente, o valor de um indivíduo passa muitas vezes sem ser reconhecido, não importa o quanto ele lute para isso.
5. a) A idéia de que professores são injustos com estudantes é uma bobagem.
- b) Grande parte dos estudantes não percebe o quanto as suas notas são influenciadas por acontecimentos acidentais.
6. a) Sem os momentos oportunos não se pode ser um líder efetivo.
- b) Pessoas capazes que não conseguem se tornar líderes não aproveitaram suas oportunidades.
7. a) Não importa quanto esforço você faça; há pessoas que simplesmente não gostam de você.
- b) Os que não conseguem se fazer queridos não sabem como se dar bem como os outros.
8. a) O fator hereditário desempenha o papel principal na determinação de nossa personalidade.
- b) É a experiência de cada uma na vida que determina o que somos.
9. a) Frequentemente verifiquei que o que está para acontecer, acontecerá.
- b) Confiar no destino nunca acarretou consequência tão boas para mim quanto tomar uma decisão de seguir um modo de ação definido.
10. a) No caso de um aluno bem preparado, raramente existe, se é que existe, o que se pode chamar de uma prova inadequada.
- b) Muitas vezes as perguntas de provas tendem a ser tão pouco relacionadas com a matéria do curso, que nem adianta estudar.

11. a) Tornar-se um sucesso é questão de muito trabalho; a sorte tem pouco ou nada a ver com isso.
b) Conseguir um bom emprego depende principalmente de se estar no lugar certo, na hora certa.
12. a) O cidadão médio pode exercer certa influência nas decisões do governo.
b) Este mundo é governado pelos poucos que estão no poder, e um cidadão qualquer não pode fazer muito a respeito disso.
- 13) a) Quando faço planos, estou quase certo de que posso executá-lo.
b) Nem sempre é prudente planejar com muita antecedência porque muitas coisas acabam sendo, de uma maneira ou de outra, questão de boa ou má sorte.
14. a) Há certas pessoas que simplesmente não são boas.
b) Em cada pessoa encontra-se algo de bom.
15. a) No meu caso, conseguir aquilo que quero tem pouco ou nada a ver com a sorte.
b) Tirando a sorte, muitas vezes podemos decidir muito bem o que fazer.
16. a) Quem consegue ser chefe, depende frequentemente de ter tido bastante sorte para estar no lugar certo e em primeiro lugar.
b) Conseguir pessoas para fazer as coisas certas depende de habilidade; a sorte pouco ou nada tem a ver com isso.
17. a) No que diz respeito a acontecimentos mundiais, somos, na maioria das vezes, vítimas de forças que não podemos entender nem controlar.
b) O povo pode controlar eventos no mundo, participando ativamente nos assuntos políticos e sociais.
18. a) A maioria das pessoas não percebe o quanto suas vidas são controladas por acontecimentos acidentais.
b) Realmente não existe essa tal de sorte.

10. a) Dever-se-ia sempre estar disposto a admitir os próprios erros.
b) Geralmente é melhor ocultar nossos erros.
20. a) É difícil saber se uma pessoa realmente gosta ou não de você.
b) A quantidade de amigos que você tem depende de quanto você seja uma pessoa legal.
21. a) Mais cedo ou mais tarde, as coisas ruins que nos acontecem são contrabalançadas pelas boas.
b) A maioria dos infortúnios resultam de falta de habilidade, da ignorância, da preguiça ou de todas as três.
22. a) Com bastante esforço pode-se eliminar a corrupção política.
b) É difícil as pessoas conseguirem muito controle sobre aquilo que os políticos fazem em seus escritórios.
23. a) Às vezes, não consigo entender como os professores chegam às notas que dão.
b) Há uma ligação direta entre o quanto eu estudo e as notas que tiro.
24. a) Um bom líder espera que as pessoas decidam por elas mesmas o que devem fazer.
b) Um bom líder deixa claro para todos quais são as suas tarefas.
25. a) Muitas vezes sinto que tenho pouca influência sobre as coisas que me acontecem.
b) Para mim é impossível acreditar que o acaso ou a sorte tenham um papel importante em minha vida.
26. a) As pessoas são solitárias porque não procuram se amigáveis.
b) Não adianta muito se você se esforça demais em agradar às pessoas: se elas gostam de você, gostam de você.
27. a) Há uma ênfase demasiada em educação física nas escolas.
b) Esportes de equipe são um meio excelente de se formar o caráter.

28. a) O que me acontece é o resultado de minhas próprias ações.
b) Às vezes sinto que não tenho bastante controle sobre o rumo que minha vida está tomando.
29. a) Na maioria das vezes não consigo entender porque os políticos se comportam da forma como o fazem.
b) Na maior das vezes, as pessoas são responsáveis por maus governos, tanto em nível nacional quanto local.

INSTRUÇÕES

O que se segue é um estudo do que o público em geral pensa e sente acerca de várias questões pessoais e sociais importantes. A melhor resposta para cada uma das afirmações é a sua opinião pessoal. Tentamos abordar muitos pontos de vista diferentes. Você poderá se achar concordando fortemente com algumas das afirmações, discordando com igual intensidade de outras e talvez com incerteza acerca de outras, e você pode estar certo de que, concordando ou discordando de qualquer das afirmações, muitas pessoas sentem o mesmo que você.

Assinale, na folha de respostas, à frente do número de cada afirmação, sua opinião sobre elas, segundo a intensidade de sua concordância ou de sua discordância. Por favor, assinale todas. Escreva 1,2,3,4 ou 5, dependendo de como você se sentir em cada caso, em cada afirmação.

- 1 - TOTALMENTE DE ACORDO
- 2 - DE ACORDO
- 3 - EM DÚVIDA
- 4 - EM DESACORDO
- 5 - TOTALMENTE EM DESACORDO

INSTRUÇÕES

- 1 - Complete, por favor, as informações pedidas na folha de respostas (idade e sexo).
- 2 - Leia, cuidadosamente a primeira pergunta e as cinco possíveis respostas abaixo da pergunta. Depois responda a pergunta fazendo, na folha de respostas, um X no número correspondente à alternativa de respostas que melhor se aplica a você.

POR EXEMPLO:

Se a primeira pergunta for:

- 1 - Quantos sorvetes chupa em um dia?

(1) MUITO (2) BASTANTE (3) UM POUCO (4) MUITO POUCO (5) QUASE NENHUM
e se você gosta de sorvete mais do que de outras comidas,
você pode responder com o número (1) MUITO.

Mas, se você está de regime e não pode chupar muito sorvete, você tem de fazer um X na resposta número (5) (MUITO POUCO).

Etc...

- 3 - Você tem de responder a todas as perguntas da mesma maneira, e POR FAVOR, é muito importante que você responda a TODAS AS PERGUNTAS.

FORMA B

- 01 - A maioria dos sindicatos tentam impedir o uso eficiente do trabalho.
- 02 - Os professores das escolas deveriam acreditar em Deus.
- 03 - Um ditador que ordena o extermínio de milhares de inocentes deveria ser executado por seus crimes.
- 04 - Filmes que ofendem um grupo religioso de certo porte deveriam ser proibidos.
- 05 - O governo federal não deveria interferir nos negócios dos estados, a não ser quando absolutamente necessário.
- 06 - O bem estar do indivíduo é mais importante que o bem estar do país.
- 07 - Nosso país deveria estar preparado para empregar qualquer arma existente para destruir qualquer outra potência que nos atacasse seriamente.
- 08 - Deveria ser contra a lei fazer coisas condenadas pela Bíblia.
- 09 - Qualquer pessoa que planeja e executa o assassinio de seu cônjuge deveria ser executado.
- 10 - Uma mulher que tenha relações sexuais com um homem por dinheiro deveria ser presa.
- 11 - A força deste país hoje em dia decorre, em grande parte, do sistema de livre empresa.
- 12 - Os países que compõem o Mundo deveriam tornar-se estados de um governo mundial.
- 13 - Eu preferia ver um país estrangeiro dominar o nosso país que iniciar uma outra guerra para impedi-lo.
- 14 - Anticoncepcionais deveriam ser postos à disposição daqueles que quisessem utilizá-los.
- 15 - A regulamentação da atividade empresarial pelo governo causa em geral mais danos que benefícios.
- 16 - É responsabilidade do governo cuidar de pessoas que não podem cuidar de si mesmas.

- 17 - Se solicitado a fazê-lo, um cidadão deveria querer sacrificar sua vida por seu país.
- 18 - As bibliotecas públicas deveriam ter apenas livros que sejam moralmente aceitáveis.
- 19 - Moisés recebeu os 10 mandamentos diretamente de Deus.
- 20 - Os pivetes deveriam ser severamente punidos.
- 21 - Quando alguma coisa é administrada pelo governo, a probabilidade maior é de que seja ineficiente e gastadora.
- 22 - Em nenhuma hipótese o nosso país deveria usar uma bomba atômica contra quem quer que seja.
- 23 - Patriotismo é uma das grandes virtudes.
- 24 - Casamentos entre pessoas de raças diferentes deveriam ser socialmente aceitos.
- 25 - Todos os milagres descritos na Bíblia aconteceram realmente.
- 26 - O Brasil deveria, eventualmente, abrir mão de seu poder militar em favor de um governo mundial forte.
- 27 - Se o governo tem de endividar-se fortemente para ajudar as pessoas, ele deve fazê-lo.
- 28 - Maiores restrições deveriam ser impostas no sentido de impedir que as pessoas tenham relações sexuais antes do casamento.
- 29 - Muitos líderes sindicalistas usam ameaças e violências para manter-se no poder.
- 30 - Nossas leis dão muita proteção aos criminosos.

INSTRUÇÕES

- 1 - Complete, por favor, as informações pedidas na folha de respostas (idade e sexo).
- 2 - Leia, cuidadosamente a primeira pergunta e as cinco possíveis respostas abaixo da pergunta. Depois responda a pergunta fazendo, na folha de respostas, um X no número correspondente à alternativa de resposta que melhor se aplica a você.

POR EXEMPLO:

Se a primeira pergunta for:

- 1 - Quantos sorvetes chupa em um dia?

(1) MUITO (2) BASTANTE (3) UM POUCO (4) MUITO POUCO (5) QUASE NENHUM
e se você gosta de sorvete mais do que de outras comidas,
você pode responder com o número (1) MUITO.

Mas, se você está de regime e não pode chupar muito sorvete, você tem de fazer um X na resposta número (5) (MUITO POUCO).

Etc...

- 3 - Você tem de responder a todas as perguntas da mesma maneira, e POR FAVOR, é muito importante que você responda a TODAS AS PERGUNTAS.

- 01 - Quantas vezes você tem a sensação de que não pode fazer na da direito?
(1) Muitas vezes (2) Com freqüência (3) Às vezes (4) Raramente (5) Quase nunca
- 02 - Quantas vezes você se sentiu bem sucedido em uma reunião social?
(1) Muitas vezes (2) Com freqüência (3) Às vezes (4) Raramente (5) Quase Nunca
- 03 - Quando você- tem de falar diante de uma aula ou diante de um grupo de pessoas de sua mesma idade, em geral, o quanto fica preocupado (a)?
(1) MUITÍSSIMO (2) Muito (3) Mais ou Menos (4) Um pouco (5) Muito pouco
- 04 - Quantas vezes você tem a sensação de que pode fazer bem uma coisa qualquer?
(1) Muitas vezes (2) Com freqüência (3) Às vezes (4) Raramente (5) Quase nunca
- 05 - O quanto você se preocupa com o fato de as pessoas gostarem de estar com você?
(1) MUITÍSSIMO (2) Muito (3) Mais ou Menos (4) Um pouco (5) Muito pouco
- 06 - Quão freqüentemente você se sente uma pessoa de sucesso ?
(1) Muitas vezes (2) Com freqüência (3) Às vezes (4) Raramente (5) Quase Nunca
- 07 - Quão freqüentemente você se sente encabulado (a)?
(1) Muitas vezes (2) Com freqüência (3) às vezes (4) Raramente (5) Quase nunca
- 08 - Quando você fala diante de uma aula ou diante de um grupo de pessoas de sua mesma idade, quão satisfeito (a) fica com a sua apresentação?
(1) Muitas vezes (2) Com freqüência (3) Às vezes (4) Raramente (5) Quase nunca
- 09 - Quantas vezes você se incomoda por causa de sua própria timidez?
(1) Muitas vezes (2) Com freqüência (3) Às vezes (4) Raramente (5) Quase nunca
- 10 - Como você se sente quando começa a falar com um desconhecido?
(1) Muito bem (2) Bem (3) Mais ou menos (4) Mal (5) Muito mal

- 11 - Quantas vezes você se sente inferior à maioria das pessoas que conhece?
(1) Muitas vezes (2) Com frequência (3) Às vezes (4) Raramente (5) Quase nunca
- 12 - Que confiança você tem de que vai ter sucesso na sua futura carreira?
(1) Muitíssimo (2) Muito (3) Mais ou Menos (4) Um pouco (5) Muito Pouco
- 13 - Você alguma vez pensou que não valia nada?
(1) Muitas vezes (2) Com frequência (3) Às vezes (4) Raramente (5) Quase nunca
- 14 - Quando está em uma discussão em aula, que confiança você tem em si mesmo?
(1) Muitíssimo (2) Muito (3) Mais ou Menos (4) Um pouco (5) Muito pouco
- 15 - O quanto você se preocupa em dar-se bem com as outras pessoas?
(1) Muitíssimo (2) Muito (3) Mais ou Menos (4) Um pouco (5) Muito pouco
- 16 - Quão confiante você sente em si mesmo (a) quanto está entre desconhecido
(1) Muitíssimo (2) Muito (3) Mais ou Menos (4) Um pouco (5) Muito pouco
- 17 - Que confiança você tem em você mesmo (a) de que algum dia, as pessoas que o (a) conhecem irão admirá-lo (a) e respeitá-lo(a) ?
(1) Muitíssimo (2) Muito (3) Mais ou Menos (4) Um pouco (5) Muito pouco
- 18 - Quantas vezes você sente que não gosta de si mesmo (a)?
(1) Muitas vezes (2) Com frequência (3) Às vezes (4) Raramente (5) Quase nunca
- 19 - Você alguma vez se sentiu tão desiludido(a) consigo mesmo(a) que se perguntou se existe alguma coisa na vida que valha a pena?
(1) Muitas vezes (2) Com frequência (3) Às vezes (4) Raramente (5) Quase nunca
- 20 - Em geral, quanto você confia em suas próprias capacidades?
(1) Muitíssimo (2) Muito (3) Mais ou Menos (4) Um pouco (5) Muito pouco

